

A introdução do real é a mais séria e confiável tentativa feita até hoje pelo Brasil para vencer a inflação que há décadas causa profundas distorções em sua vida econômica, corrompe os seus costumes e o impede de realizar o seu imenso potencial. É também o esforço mais democrático realizado pelo País para enfrentar um problema que tem desafiado todos os seus governos desde o pós-Guerra. Como bem disse o presidente Itamar Franco, este é o programa econômico "mais amplamente discutido pela sociedade, pelo Congresso, pelos agentes econômicos, pelo cidadão". E aí está o principal elemento para que possa dar realmente certo.

O equilíbrio das contas públicas, que constitui a sua verdadeira âncora, poderia ser mais profundamente cravado ao solo se, durante o período da revisão constitucional, tivessem sido votadas as reformas estruturais que um Estado moderno, como o Brasil já é, reclama. Mas, apesar dos obstáculos surgidos, conseguiu o atual governo montar um esquema seguramente capaz de permitir que o Plano Real se consolide e, a partir desse ponto, se façam as reformas impreteríveis.

O programa será também firmemente sustentado por uma política monetária austera, como tal-

vez nenhuma outra que o País tenha conhecido em seu passado recente. É muito significativo que o Conselho Monetário Nacional (CMN), que orientará a execução do programa, tenha sido reformulado, passando a contar apenas com os ministros da Fazenda e do Planejamento, ao lado do presidente do Banco Central. Essa nova estrutura pode ser o núcleo de um banco central independente, não no sentido orgânico, deixando de ser subordinado à autoridade do presidente da República, mas independente o bastante para resistir às pressões que inviabilizaram, em outros planos de estabilização, a condução de uma política coerente com os objetivos a atingir.

Sob o ponto de vista cambial, não poderia haver ocasião mais propícia do que esta para a implantação de uma moeda forte. A posição excepcional das reservas cambiais dá ao governo a possibilidade de estabelecer, como está na medida provisória ontem divulgada, que a paridade a ser obedecida será a de um dólar para cada real emitido. Essa paridade poderá ser modificada, mas o simples

Revolução de hábitos

fato de ela constituir um ponto de partida para a nova moeda certamente inspira confiança aos agentes econômicos. Há ainda outras inovações, que envolvem corajosos compromissos como a suspensão da correção dos impostos, a criação de um fundo para resgate da dívida pública através da venda de ações das estatais e um controle severo das tarifas públicas. São medidas destinadas a exercer também poderosa influência sobre o estado de espírito da sociedade.

Não é só a ciranda financeira, que girava vertiginosamente ao ritmo de uma inflação de quase 50%, que cessa. Desaparece, e esperamos que nunca mais volte, um modo de administrar negócios pensando primordialmente nos chamados "ganhos por inflação nos itens monetários", em detrimento de lucros operacionais. Acabam também os rendimentos fáceis da especulação em benefício da poupança legítima, utilizada para investir e produzir, para gerar empregos e assegurar o desenvolvimento.

Uma verdadeira revolução de hábitos cultu-

rais está em curso, exigindo a compreensão de todos. Muitas pessoas vão estranhar a princípio, desabitadas a uma moeda que deve valer amanhã o que vale hoje. É indispensável que o governo dê continuidade à sua campanha de esclarecimento, orientando os cidadãos em sua vida cotidiana e mostrando como a inflação, ao corroer constantemente os salários, os empobrecia cada vez mais. Temos a certeza de que o povo entenderá mais facilmente como lidar com a nova moeda do que alguns políticos serão capazes de perceber o que ela significa.

Este é um programa para tornar o País mais governável e incorrerão em grave erro aqueles que investirem contra ele por preconceitos políticos. Um país mais governável interessa a todos, em especial aos que pretendem deter as rédeas do poder. Talvez seja demais esperar que os candidatos se compenetrem de que o melhor serviço que poderiam prestar ao País nesta hora seria propor aperfeiçoamentos ao programa, pensando positivamente em sua evolução. Denegrir esse esforço significaria, parafraseando o presidente Itamar Franco, menosprezar "o mais concreto dos atos de confiança das nações em si mesmas", que é a defesa da moeda.